

## **7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.**

O presente item por objetivo demonstrar as informações relativas aos procedimentos e práticas adotadas para a depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e também para avaliação e mensuração de ativos e passivos em cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná registra a depreciação e a reavaliação dos bens do Ativo em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC); as orientações contidas na Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações mantido pela Contabilidade Governamental/STN; as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 7ª Edição, específico Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais; esta padronizada à Justiça Eleitoral pelas Orientações nº 01/2010 e 03/2012 da COFIC/SOF/TSE, observadas em conjunto com as determinações constantes na Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ambas em caráter complementar à legislação específica aplicada.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo e definir as taxas de depreciação a serem aplicadas aos ativos deu-se com base na Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquia e Fundações), do Manual SIAFI WEB, mantido pela Contabilidade Governamental/STN. São considerados os seguintes fatores, em conformidade com o item 6.1 da referida Macrofunção, bem como parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico:

- a capacidade de geração de benefícios futuros;
- o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não; e
- a obsolescência tecnológica.

A metodologia de cálculo adotada para o registro da depreciação no patrimônio foi a de quotas constantes, também conhecida como depreciação linear, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. A vida útil econômica e o valor residual utilizado para os bens foram aqueles constantes da tabela do Manual SIAFI (as taxas de depreciação foram calculadas dividindo-se o valor depreciável do bem pela sua vida útil, obtendo-se a taxa anual de depreciação daquele bem), com exceção das urnas eletrônicas, classificadas como equipamento de processamento de dados, mas que possuem vida útil distinta daquela prevista na Tabela da Macrofunção SIAFI, visto que são bens singulares na Justiça Eleitoral e possuem vida útil estimada de 10 anos, conforme estudo técnico realizado por equipe do Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil sujeita a depreciação:

Conta Contábil	Descrição	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
12.311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
12.311.01.02	Aparelhos Equipamentos Comunic.	10	20
12.311.01.03	Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., La	15	20
12.311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança	10	10
12.311.01.06	Maquinas e Equipam. de Natureza	20	10
12.311.01.07	Maquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
12.311.01.08	Maquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
12.311.01.09	Maquinas, Ferramentas e Utensílios	10	10
12.311.01.12	Acessórios para Automóveis	5	10
12.311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétric	10	10
12.311.01.25	Maquinas, Utensílios e Equipamentos	10	10
12.311.02.01	Equipamentos de Processamentos de	5	10
12.311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
12.311.03.02	Maquinas, Instalações e Utensílios	10	10
12.311.03.03	Mobiliário em Geral	10	10
12.311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	10
12.311.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
12.311.04.05	Equipamentos Para Áudio, Vídeo E F	10	10
12.311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
12.311.05.01	Veículos Diversos	15	10
12.311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	15	10
12.311.99.09	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10

Fonte: Manual Siafi – Macrofunção 02.03.30

No exercício de 2017 houve reavaliação de imóveis de uso especial registrados no SpiuNet dos Municípios de Cambé, Castro, Campina Grande do Sul e Curitiba, gerando um incremento no imobilizado de R\$ 39.035.117,72. Por consequência, esse valor, registrado nas Variações Patrimoniais Aumentativas, impactou diretamente no superávit desse TRE-PR. Já o impacto da depreciação dos bens móveis foi de R\$ 6.862.114,41 no resultado apurado desse TRE-PR, e da depreciação dos bens imóveis de uso especial da União, lançada pela STN, com base nos valores registrados no SPIUNET, conforme Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10/12/14, por meio de processo automático de registro, foi de R\$ 471.222,67. O impacto total da conta de depreciação para o exercício de 2017 foi de R\$ 7.333.337,08. Dessa forma os valores registrados a débito e a crédito no Imobilizado impactaram em R\$ 32.409.255,52 no resultado do exercício de 2017.

Quanto ao Intangível, no ano de 2017, não houve registro contábil, considerando que os itens pertencentes a esse grupo passam, após a apropriação das notas fiscais, por análise de critério de definição de vida útil pelo setor responsável pelo pedido de compra. Para 2017, após as análises, concluiu-se que deveriam permanecer na conta 12.422.02.00 – Softwares com vida útil indefinida, R\$ 3.884.269,60. Estão em processo de análise R\$ 949.164,96, referentes a aquisições ocorridas em dezembro/2017, registrados, temporariamente, como vida útil definida. Contudo o TSE iniciou os trabalhos e estudos para a efetiva implantação, seguindo o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) da Secretaria do Tesouro Nacional, publicado no Diário Oficial da União, pela Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015. De acordo ao calendário para a implantação

do PIPCP 15 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável desses itens deverão estar integralmente implantados e em efetiva contabilização no exercício de 2019. Dessa forma, o TSE e consequentemente o TRE-PR estão consoante aos prazos estabelecidos para a efetiva implantação do sistema de amortização na União.

Os critérios e procedimentos contábeis adotados na mensuração de ativos e passivos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná foram os estabelecidos na NBC T 16.10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.137/2008, bem como os pautados na Lei 4.320/64.

Foram obedecidas as regras estabelecidas no art. 106 da Lei 4.320/64, ou seja, os créditos e débitos foram avaliados pelo valor nominal, os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou custo de construção (CUB).

As provisões sobre 1/3 constitucional de férias e gratificação natalina são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização, sendo contabilizadas no resultado como variação patrimonial diminutiva, conforme Orientação nº 3/2010 da COFIC/SOF/TSE.

---

## **7.2 Sistemática de apuração de custos**

---

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná segue uma sistemática de apuração de custos desenvolvida pelo planejamento estratégico do Tribunal Superior Eleitoral, órgão setorial, com base nos princípios de relevância, valor social, comparabilidade, confiabilidade, granularidade, disponibilidade e periodicidade.

Os trabalhos iniciaram-se em 2015 e incluem a definição dos critérios e a elaboração de sistema informatizado para captação e levantamento desses custos.

Em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada pelo Pleno do Tribunal Superior Eleitoral a Resolução 23.504, que dispõe sobre a implantação da sistemática de apuração de custos no âmbito da Justiça Eleitoral.

Cabe à setorial do TSE o desenvolvimento da metodologia de apuração, além da orientação, apuração e divulgação dos custos anuais da Justiça Eleitoral. O TRE-PR faz o levantamento dos dados na Seção de Gerenciamento de Custos (SGEC) e os encaminha ao TSE, conforme a sistemática desenvolvida.

Dadas as características próprias desta justiça especializada, estabeleceu-se como centro de custo o Imóvel Ocupado, partindo-se daí para a definição dos custos a serem apurados e suas metodologias.

Para o exercício financeiro de 2017, foram escolhidos 40 itens para a apuração de parte dos custos. São eles: Alimentação de Mesários; Amortização de Bens Intangíveis; Auxílio e Benefícios de Pessoal Efetivo; Auxílio e Benefícios de Pessoal Requisitado; Capacitação e Treinamento; Combustíveis; Concurso; Condomínio; Depreciação de Bens Móveis; Depreciação do Imóvel; Depreciação dos Veículos; Diárias; Energia Elétrica; Estagiários; Fornecimento de Alimentação; Fretes e Transportes de Encomendas; Limpeza; Locação de Imóveis; Locação de Mobiliário e Equipamentos; Manutenção da Frota; Manutenção de Equipamentos e Mobiliário; Manutenção de Software; Manutenção Predial; Material de Consumo; Menor Aprendiz; Oficiais de Justiça; Passagens e Transportes de Pessoas; Pessoal Efetivo e Encargos Sociais; Pessoal Requisitado e

Encargos Sociais; Ressarcimento ao Cedente; Seguros; Serviços de Água e Esgoto; Serviços de Comunicação, Publicidade e Assinaturas de Periódicos; Serviços Eventuais; Telefonia; Teleprocessamento; Terceirização; Transporte de Urnas; Vigilância Eletrônica; e Vigilância Ostensiva. Essas despesas foram escolhidas levando-se em conta a relevância, a mensuração mais objetiva e a divisibilidade por imóvel. Anualmente serão acrescidos novos itens, objetivando a alocação de todos os recursos orçamentários executados pelo órgão.

De acordo com a mencionada Resolução, compete à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE, a responsabilidade pelo gerenciamento e consolidação dos dados, baseados nas informações prestadas pelos Tribunais Eleitorais. Atualmente, o levantamento dos custos na Justiça Eleitoral encontra-se em fase de apuração, por meio do sistema desenvolvido pelo próprio TSE.

---

### **7.3 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas**

---

As Demonstrações Contábeis são instrumentos de análise e controle em nível gerencial, demonstrando as situações econômico-financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades. Essas informações estão organizadas, de acordo com a Lei 4.320/64, nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP.

#### **▪ Diretrizes Contábeis**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal; da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

#### **▪ Dos Registros e Critérios Contábeis**

Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contidas no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.

Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades, e o método utilizado para mensuração e avaliação é o custo médio ponderado conforme preceituam a Lei 4.320/64 (art. 106, III) e NBC T 16.10 (item 16).

Em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o TRE-PR registrou as despesas antecipadas com a aquisição de jornais, revistas, periódicos e a contratação de seguros, observando os princípios da competência e oportunidade. As despesas antecipadas foram registradas

por seu valor original e referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE ocorrerão durante o exercício. As despesas antecipadas são amortizadas à medida que incorridas ou realizadas.

Em relação aos bens imóveis, o cadastramento inicial é realizado no SpiuNET, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual utiliza de parâmetros próprios de registros. A reavaliação ou atualização dos valores é realizada a partir do sistema SpiuNET mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

Os bens do ativo imobilizado foram depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional, e seus respectivos valores foram contabilizados mensalmente durante o exercício. A metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio foi a de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.

## **1. Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. (Item 9 – Anexos página 163)

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

O déficit orçamentário, no montante de R\$ 336.417.841,83, ocorre em função desta UPC não possuir receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas orçamentárias para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto, um agente arrecadador. Observe-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas.

## **2. Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro reflete os ingressos e dispêndios de natureza orçamentária e extra orçamentária, bem como os saldos provenientes do exercício anterior e aqueles transferidos para o exercício seguinte. (Item 9 – Anexos página 166)

As transferências financeiras são realizadas mensalmente, por meio de sub-repasses, pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

O Resultado Financeiro no exercício de 2017 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 322.703.626,64) com os extraorçamentários (R\$ 23.498.061,69), que foi de R\$ 346.201.688,33, e dos dispêndios orçamentários (R\$ 336.417.841,83) e extraorçamentários

(R\$ 9.766.849,42), que foi de R\$ 346.184.691,25, apresentando um resultado positivo de R\$ 16.997,08, o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo de 2017 transferido para o exercício de 2018 (R\$ 2.279.913,16) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 2.262.916,08).

### 3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que retrata a composição qualitativa e quantitativa do Patrimônio da Entidade Pública, constituído por bens, direitos (Ativo) e obrigações (Passivo), e pela situação líquida patrimonial representada pelo Patrimônio Líquido apurada pela diferença entre os elementos do ativo e do passivo. (Item 9 – Anexos página 167)

#### Ativo Circulante

- Caixa e Equivalente de Caixa: R\$ 2.279.913,16

O saldo deste grupo de contas é composto de R\$ 6.305,60 relativos a saldos da conta bancária na Caixa Econômica Federal para suportar os depósitos e cauções e R\$ 2.273.607,56 do saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS.

- Demais créditos e valores a curto prazo: R\$ 1.178.623,64, cuja composição é a seguinte:

Salários e Ordenados – Adiantamento	434.822,70
Adiantamento Auxílio-alimentação	729.862,55
Adiantamento Auxílio-transporte	13.938,39

Os adiantamentos concedidos a pessoal são baixados por ocasião da ocorrência do fato gerador.

Os valores registrados na conta Créditos a Receber Decorrente de Falta ou Irregularidades de Comprovação foram transferidos, em 08/09/17, por procedimento automático da STN, para contas de controle. O ativo será reconhecido quando houver decisão definitiva do TCU com imputação de débito.

Os valores registrados nas contas de Créditos a Receber Decorrentes de Infrações e Créditos a Receber de Acerto Financeiro com Ex-Servidor foram reclassificados para contas de controle em adequação à Macrofunção 021112 de 03/01/18.

- Estoques: R\$ 3.513.678,88

Saldo inicial em 01.01.2017	3.897.088,68
( + ) Entradas	2.223.721,44
( - ) Saídas	2.607.131,24
Saldo em 31.12.2017	3.513.678,88

O saldo em estoque do almoxarifado é demonstrado pelo custo de aquisição.

- VPD's pagas antecipadamente: R\$ 89.814,32

Prêmios de Seguros a Apropriar	35.387,96
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	54.426,36



Valores decorrentes de Prêmios de Seguros e de Assinaturas e Anuidades a apropriar pagos antecipadamente, cujo fato gerador ocorre durante o exercício seguinte.

### Ativo Não Circulante

- Imobilizado: R\$ 212.792.879,45

O Ativo Imobilizado é demonstrado ao custo ou valor de aquisição e compõe-se dos seguintes saldos:

- Bens Móveis: R\$ 47.502.955,39. A composição dos bens móveis é a que segue:

Conta Contábil	Descrição	Valor
12.311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	44.765,72
12.311.01.02	Aparelhos Equipamentos Comunic.	620.117,23
12.311.01.03	Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., La	75.498,42
12.311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança	233.792,72
12.311.01.06	Maquinas e Equipam. de Natureza	3.790,33
12.311.01.07	Maquinas e Equipamentos Energéticos	1.523.853,59
12.311.01.08	Maquinas e Equipamentos Gráficos	316.534,05
12.311.01.09	Maquinas, Ferramentas e Utensílios	6.674,43
12.311.01.12	Acessórios para Automóveis	12.389,50
12.311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Eletric	15.909,63
12.311.01.25	Maquinas, Utensílios e Equipamentos	4.660.610,00
12.311.02.01	Equipamentos de Processamentos de	80.208.325,05
12.311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	328.561,42
12.311.03.02	Maquinas, Instalações e Utensílios	81.942,73
12.311.03.03	Mobiliário em Geral	7.914.017,68
12.311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	545.343,53
12.311.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	550,00
12.311.04.05	Equipamentos Para Áudio, Vídeo E F	1.509.591,91
12.311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	87.795,38
12.311.05.01	Veículos Diversos	242.650,43
12.311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	4.527.664,00
12.311.99.09	Pecas Não Incorporáveis a Imóveis	3.327.448,03
12.381.01.00	Depreciação Acumulada	(62.784.870,39)
<b>Total Bens Móveis</b>		<b>47.502.955,39</b>

- Bens Imóveis: R\$ 165.289.924,06. A composição dos bens imóveis é a que segue:

Conta Contábil	Descrição	Valor
12.321.01.00	Bens Uso Especial Registrados SPIU	62.228.073,24
12.321.06.00	Obras em Andamento	7.383.662,02
12.321.06.05	Estudos e Projetos	6.100,00
12.321.99.05	Demais Bens Imóveis	96.320.961,57
12.381.02.00	Depreciação Acumulada Imóveis	(648.872,77)
<b>Total Bens Imóveis</b>		<b>165.289.924,06</b>

No exercício de 2017 houve reavaliação de imóveis de uso especial registrados no SpiuNET dos Municípios de Cambé, Castro, Campina Grande do Sul e Curitiba, gerando um incremento no imobilizado de R\$ 39.035.117,72. Por consequência, esse valor, registrado nas Variações Patrimoniais Aumentativas impactou diretamente no superávit do TRE-PR. Já, o impacto da depreciação dos bens móveis foi de R\$ 6.862.114,41 no resultado apurado deste TRE-PR, e da depreciação dos bens imóveis de uso especial da União, lançada pela STN, com base nos valores registrados no SpiuNET, conforme Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10/12/14, por meio de processo automático de registro, foi de R\$ 471.222,67. O impacto total da conta de depreciação para o exercício de 2017 foi de R\$ 7.333.337,08. Dessa forma os valores registrados a débito e a crédito no Imobilizado impactaram em R\$ 32.409.255,52 no resultado do exercício de 2017.

- Intangível: R\$ 4.833.434,56

Conta Contábil	Descrição	Valor
12.321.01.00	Bens Uso Especial Registrados SPIU	62.228.073,24
12.321.06.00	Obras em Andamento	7.383.662,02
12.321.06.05	Estudos e Projetos	6.100,00
12.321.99.05	Demais Bens Imóveis	96.320.961,57
12.381.02.00	Depreciação Acumulada Imóveis	(648.872,77)
<b>Total Bens Imóveis</b>		<b>165.289.924,06</b>

No ano de 2017, não houve registro contábil, considerando que os itens pertencentes a este grupo passam, após a apropriação das notas fiscais, por análise de critério de definição de vida útil pelo setor responsável pelo pedido de compra. Para 2017, após as análises, concluiu-se que deveriam permanecer na conta 12.422.02.00 – Softwares com vida útil indefinida –, R\$ 3.884.269,60. Estão em processo de análise R\$ 949.164,96, referentes a aquisições ocorridas em dezembro/2017, registrados, temporariamente, como vida útil definida.

## Passivo Circulante

- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais Curto Prazo: R\$ 8.368.833,98.

Do total, R\$ 7.698.943,95 referem-se ao reconhecimento de conversão de banco de horas dos servidores deste TRE em pecúnia relativo a recessos, finais de prazo e recadastramento biométrico. Já os R\$ 669.890,03 referem-se ao provisionamento dos valores relativos a férias vencidas e a vencer dos servidores do TRE-PR, que teve como base de cálculo as rubricas das folhas de pagamentos.

- Fornecedores e contas a pagar a curto prazo: R\$ 351.688,17.

A composição do saldo refere-se a valores relativos às notas fiscais apresentadas pelos fornecedores.

- Demais Obrigações a Curto Prazo: R\$ 16.225,90.

Referem-se a valores que foram glosados em notas fiscais de fornecedores.



### **Passivo Não Circulante**

- Depósitos não judiciais: R\$ 6.305,60.

Refere-se a depósito em caução, oferecido em garantia ao contrato nº 63/14 – Família Thomé Ltda, relativo à Concessão de Uso de Bem Público – Restaurante TRE-PR.

### **Patrimônio Líquido**

- Ajustes de Exercícios Anteriores: R\$ 435.447,68.

As ocorrências significativas referem-se a: aquisição de 620 monitores no ano de 2016 que foram registrados inicialmente em conta de consumo no valor de R\$ 331.231,80 e devolução, pelos cartórios eleitorais de 5350 pen drives e 157 cabos extensores USB os quais foram utilizados na transmissão de resultados das eleições 2016, no valor de R\$ 139.038,84.

## **4. Demonstrações das Variações Patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas. (Item 9 – Anexos página 169)

O exercício de 2017 apresentou um superávit patrimonial no valor de R\$ 34.420.132,99, decorrentes, em especial, da reavaliação de imóveis de uso especial registrados no SpiuNET dos municípios de Cambé, Castro, Campina Grande do Sul e Curitiba.

## **5. Demonstrações do Fluxo de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis, e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis. (Item 9 – Anexos página 172)

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2017 foi positiva, no montante de R\$ 2.279.913,16.

Por fim, cabe observar que as demonstrações são prestadas pelo SIAFI.

## **- Declaração de integridade das informações no SIOP**

### **DECLARAÇÃO**

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Curitiba, 19 de novembro de 2018.

**Valcir Mombach**

**411.406.219-04**

**Secretário**

**Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade**

## **- Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial**

No Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a instância responsável pela realização da conformidade contábil é a Seção de Contabilidade.

As atividades desenvolvidas pela Seção de Contabilidade seguem a segregação de função uma vez que os servidores não executam operações relacionadas à emissão de empenhos, apropriação de notas fiscais, retenção de tributos federais, apropriação de folha de pagamento, pagamentos, entre outras.

Os principais procedimentos adotados que embasaram o registro de Conformidade Contábil durante o ano de 2017 tiveram como fundamentos os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª Edição, o Plano de Contas da União, o Manual SIAFI na Macrofunção 02.10.03 – Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis SIAFI e outros instrumentos internos que auxiliaram no processo da análise.

Foram observadas, cumulativamente, as seguintes situações, entre outras:

- Ausência de inconsistências ou desequilíbrios nas Demonstrações Contábeis;
- Ausência de ocorrências nas transações Condesaud;

- Inexistência de contas contábeis com saldo invertido na transação >balancete, exceto aquelas contas, em que é permitida a inversão de saldo, cuja situação não representa, propriamente, uma inconsistência;
- Ausência de restrições nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis e em que a UG registrou a conformidade de registros de gestão; e
- Ausência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações, os instrumentos de análise disponíveis no SIAFI e outros mecanismos colocados à disposição dos servidores da Seção de Contabilidade.

Contudo, nos meses de fevereiro, março, abril e maio, a Conformidade Contábil fora registrada Com Restrição tendo em vista a inversão de saldos em conta de sub-repasse a programar pela baixa de diferido realizadas pela CCONT/STN, a qual foi regularizada em 23/06/17.

**- Declaração do contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná			070019
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Curitiba</b>	<b>Data</b>	<b>01/03/2018</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Angela Cristiane Sosnowski Cardoso</b>	<b>CRC nº</b>	<b>PR -032635/O-4</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO DEZ (Aberto)
EMIÇÃO 26/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO DEZ (Aberto)
-------------------	-------------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EMIÇÃO 26/02/2018	PÁGINA 2
----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL
-----------------------------

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			336.417.841,83	336.417.841,83
TOTAL	-	-	336.417.841,83	336.417.841,83
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	262.391.473,00	320.031.528,00	320.028.051,19	310.297.510,72	310.244.175,69	3.476,81
Pessoal e Encargos Sociais	209.508.602,00	267.846.909,00	260.821.173,36	253.122.229,41	253.122.229,41	7.025.735,64
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	52.882.871,00	52.184.619,00	59.206.877,83	57.175.281,31	57.121.946,28	-7.022.258,83
DESPESAS DE CAPITAL	6.231.893,00	16.400.893,00	16.389.790,64	12.674.547,39	12.674.547,39	11.102,36
Investimentos	6.231.893,00	16.400.893,00	16.389.790,64	12.674.547,39	12.674.547,39	11.102,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	268.623.366,00	336.432.421,00	336.417.841,83	322.972.058,11	322.918.723,08	14.579,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
DEZ (Aberto)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

EMISSION  
26/02/2018

PAGINA  
3

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>268.623.366,00</b>	<b>336.432.421,00</b>	<b>336.417.841,83</b>	<b>322.972.058,11</b>	<b>322.918.723,08</b>	<b>14.579,17</b>
<b>TOTAL</b>	<b>268.623.366,00</b>	<b>336.432.421,00</b>	<b>336.417.841,83</b>	<b>322.972.058,11</b>	<b>322.918.723,08</b>	<b>14.579,17</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.764,92</b>	<b>1.421.778,86</b>	<b>1.317.001,86</b>	<b>1.317.001,86</b>	<b>106.761,33</b>	<b>4.780,59</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.764,92	1.421.778,86	1.317.001,86	1.317.001,86	106.761,33	4.780,59
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.692,38</b>	<b>1.163.245,50</b>	<b>1.122.365,97</b>	<b>1.111.335,97</b>	<b>24.367,18</b>	<b>35.234,73</b>
Investimentos	7.692,38	1.163.245,50	1.122.365,97	1.111.335,97	24.367,18	35.234,73
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>14.457,30</b>	<b>2.585.024,36</b>	<b>2.439.367,83</b>	<b>2.428.337,83</b>	<b>131.128,51</b>	<b>40.015,32</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	<b>88.837,73</b>	<b>86.236,06</b>	-	<b>2.601,67</b>
Investimentos	-	88.837,73	86.236,06	-	2.601,67
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>88.837,73</b>	<b>86.236,06</b>	-	<b>2.601,67</b>





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
DEZ (Aberto)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

EMISSION  
26/02/2018

PAGINA  
1

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>336.417.841,83</b>	<b>320.704.710,83</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>292.357.613,72</b>	<b>282.360.681,84</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>44.060.228,11</b>	<b>38.344.028,99</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	33.688.849,65	33.800.000,00
			Operação de Crédito	3.049.542,03	1.534.278,24
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	7.321.836,43	3.009.750,75
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>322.703.626,64</b>	<b>324.509.173,68</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>7.173.817,48</b>	<b>5.243.107,03</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	321.739.777,50	317.137.910,55	Resultantes da Execução Orçamentária	660.481,85	-
Sub-repasse Recebido	321.739.777,50	317.137.910,55	Sub-repasse Devolvido	660.481,85	-
Independentes da Execução Orçamentária	963.849,14	7.371.263,13	Independentes da Execução Orçamentária	6.513.335,63	5.243.107,03
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	800.000,00	7.295.500,95	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.513.335,63	5.243.107,03
Demais Transferências Recebidas	81.883,96	35.244,54	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	81.965,18	40.517,64	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>23.498.061,69</b>	<b>7.912.609,39</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>2.593.031,94</b>	<b>14.807.275,68</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	53.335,03	48.632,96	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	86.236,06	51.709,64
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.445.783,72	2.585.024,36	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.428.337,83	14.525.979,07
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	59.304,35	116.654,79	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	78.458,05	229.586,97
Outros Recebimentos Extraorçamentários	9.939.638,59	5.162.297,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	9.939.638,59	5.162.286,75			
Demais Recebimentos		10,53			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>2.262.916,08</b>	<b>10.596.226,55</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>2.279.913,16</b>	<b>2.262.916,08</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.262.916,08	10.596.226,55	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.279.913,16	2.262.916,08
<b>TOTAL</b>	<b>348.464.604,41</b>	<b>343.018.009,62</b>	<b>TOTAL</b>	<b>348.464.604,41</b>	<b>343.018.009,62</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
DEZ (Aberto)

TÍTULO  
BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO  
26/02/2018

PÁGINA  
1

SUBTÍTULO  
70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ÓRGÃO SUPERIOR  
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>7.062.030,00</b>	<b>7.334.467,89</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.736.748,05</b>	<b>1.672.806,88</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.279.913,16	2.262.916,08	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8.368.833,98	1.318.306,92
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.178.623,64	1.146.867,45	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	351.688,17	246.459,45
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.513.678,88	3.897.088,68	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	89.814,32	27.595,68	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	16.225,90	108.040,51
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>217.626.314,01</b>	<b>175.822.203,31</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.305,60</b>	<b>394.154,63</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	387.898,11
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	6.305,60	6.256,52
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>8.743.053,65</b>	<b>2.066.961,51</b>
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
<b>Imobilizado</b>	<b>212.792.879,45</b>	<b>171.942.564,21</b>			
Bens Móveis	47.502.955,39	53.782.863,64			
Bens Móveis	110.287.825,78	109.705.619,62			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-62.784.870,39	-55.922.755,98			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	165.289.924,06	118.159.700,57			
Bens Imóveis	165.938.796,83	118.337.350,67			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-648.872,77	-177.650,10			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>4.833.434,56</b>	<b>3.879.639,10</b>			
Softwares	4.833.434,56	3.879.639,10			
Softwares	4.833.434,56	3.879.639,10			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
DEZ (Aberto)

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EMIÇÃO  
26/02/2018

PÁGINA  
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	224.688.344,01	183.156.671,20	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	224.688.344,01	183.156.671,20

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	2.279.913,16	2.262.916,08	PASSIVO FINANCEIRO	13.548.041,34	2.713.778,69
ATIVO PERMANENTE	222.408.430,85	180.893.755,12	PASSIVO PERMANENTE	669.890,03	1.706.205,03
			SALDO PATRIMONIAL	210.470.412,64	178.736.687,48

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.373.511,04	2.617.459,41	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	59.046.734,92	56.720.839,61
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.373.511,04	2.617.459,41	Execução dos Atos Potenciais Passivos	59.046.734,92	56.720.839,61
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.278.190,37	2.512.112,25	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	95.320,67	105.347,16	Obrigações Contratuais a Executar	59.046.734,92	56.720.839,61
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	3.373.511,04	2.617.459,41	TOTAL	59.046.734,92	56.720.839,61

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-11.295.560,32
Recursos Vinculados	27.432,14
Operação de Crédito	-137.978,69
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	165.410,83
TOTAL	-11.268.128,18



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ (Aberto)
EMISSAO 26/02/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>373.208.927,03</b>	<b>341.300.247,52</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>3.606.195,23</b>	<b>12.597,93</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.606.195,23	12.597,93
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>6.443,98</b>	<b>17.370,18</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	6.443,98	2.903,51
Variações Monetárias e Cambiais	-	14.466,67
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>322.997.549,16</b>	<b>329.713.439,74</b>
Transferências Intragovernamentais	322.703.626,64	324.509.173,68
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	293.922,52	5.204.266,06
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>40.271.494,31</b>	<b>6.410.046,87</b>
Reavaliação de Ativos	39.742.592,60	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	120.857,71	5.410.185,89
Ganhos com Desincorporação de Passivos	408.044,00	999.860,98
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>6.327.244,35</b>	<b>5.146.792,80</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ (Aberto)
EMISSAO 26/02/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	6.327.244,35	5.146.792,80
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>338.788.794,04</b>	<b>335.310.312,86</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>227.696.203,65</b>	<b>212.411.993,13</b>
Remuneração a Pessoal	188.397.805,28	172.174.325,58
Encargos Patronais	27.955.635,44	25.297.643,38
Benefícios a Pessoal	11.240.787,93	11.018.299,17
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	101.975,00	3.921.725,00
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>43.498.089,67</b>	<b>38.677.917,62</b>
Aposentadorias e Reformas	33.166.513,20	28.949.387,27
Pensões	10.240.145,44	9.696.518,21
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	91.431,03	32.012,14
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>57.742.763,77</b>	<b>74.030.179,33</b>
Uso de Material de Consumo	2.088.381,19	4.600.948,54
Serviços	44.714.230,17	57.229.518,70
Depreciação, Amortização e Exaustão	10.940.152,41	12.199.712,09
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>453,63</b>	<b>475,91</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	215,68	468,42
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	237,95	7,49
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>8.760.327,27</b>	<b>8.751.054,82</b>
Transferências Intragovernamentais	7.173.817,48	5.243.107,03
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.586.509,79	3.507.947,79
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>403.487,32</b>	<b>566.948,70</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	21.747,37	367.716,03
Incorporação de Passivos	211.923,25	64.537,14
Desincorporação de Ativos	169.816,70	134.695,53



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ (Aberto)
-------------------	-------------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSAO 26/02/2018	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL
-----------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>Tributárias</b>	<b>76.032,79</b>	<b>6.920,60</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.003,36	6.297,32
Contribuições	65.029,43	623,28
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>611.435,94</b>	<b>864.822,75</b>
Premiações	9.510,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	601.925,94	864.822,75
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>34.420.132,99</b>	<b>5.989.934,66</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO DEZ (Aberto)
EMISSÃO 26/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>13.889.116,50</b>	<b>11.838.100,09</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>332.702.569,58</b>	<b>329.788.125,75</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>332.702.569,58</b>	<b>329.788.125,75</b>
Ingressos Extraorçamentários	59.304,35	116.654,79
Transferências Financeiras Recebidas	322.703.626,64	324.509.173,68
Arrecadação de Outra Unidade	9.939.638,59	5.162.286,75
Demais Recebimentos	-	10,53
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-318.813.453,08</b>	<b>-317.950.025,66</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-283.725.642,55</b>	<b>-287.209.422,58</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-239.654.459,54	-248.452.583,58
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-44.071.183,01	-38.756.839,00
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
DEZ (Aberto)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EMIÇÃO  
26/02/2018

PÁGINA  
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-27.835.535,00</b>	<b>-25.267.909,08</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-27.835.535,00	-25.267.909,08
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-7.252.275,53</b>	<b>-5.472.694,00</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-78.458,05	-229.586,97
Transferências Financeiras Concedidas	-7.173.817,48	-5.243.107,03
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-13.872.119,42</b>	<b>-20.171.410,56</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-13.872.119,42</b>	<b>-20.171.410,56</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.848.268,09	-17.894.784,88
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.023.851,33	-2.276.625,68
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCICIO 2017	PERIODO DEZ (Aberto)
-------------------	-------------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 26/02/2018	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL
-----------------------------

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.997,08	-8.333.310,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.262.916,08	10.596.226,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.279.913,16	2.262.916,08